



# TRAMAS DEMOCRÁTICAS PODCASTS

## Violência Política

data\_lábia /// data\_labe

Rio de Janeiro, Brasil

Para acessar os outros episódios apoiados pelo Goethe-Institut, acesse:

[goethe.de/tramas/podcasts](https://goethe.de/tramas/podcasts)

### TRANSCRIÇÃO DO EPISÓDIO

Vinheta

**[Interlocutor 1]** - “No último domingo 15 de novembro, 113 milhões de pessoas compareceram às urnas num nível de abstenção relativamente baixo para um pleito realizado no meio de uma pandemia.”.

[00'29"] **[Interlocutora 2]** - Esse que você acabou de ouvir é o ministro Luiz Alberto Barroso, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Ele me fez lembrar que no ano passado, como se já não bastassem todas as adaptações que a gente teve que fazer por conta da pandemia, a gente ainda teve que sair de casa pra votar, usando máscara, álcool em gel no bolso e a nossa própria caneta.

**[Interlocutor 3]** - Além disso, toda propaganda política foi feita praticamente remota. Eram lives, lançamentos de campanha online, plenárias via chat, e isso

mudou muito a forma como a gente tava acostumado a viver e experimentar o período eleitoral.

**[Interlocutor 1]** - Há, no entanto, um problema para o qual eu gostaria de chamar a atenção da sociedade. Trata-se da violência política, da violência por motivação política.

**[Interlocutora 2]** - Então, além de ser eleição com pandemia, teve também mais violência política. E infelizmente, elas não acontecem apenas durante o período eleitoral, onde as coisas estão mais quentes. Elas seguem.

**[Interlocutora 4]** - Tivemos nessa semana 3 episódios extremamente graves.

**[Interlocutora 2]** - Essa é a deputada do estado de São Paulo, Erica Malunguinho, no dia 1 de fevereiro de 2021.

**[Interlocutora 4]** - Uma ameaça de morte com arma de fogo na frente da casa da co-vereadora da bancada feminista, Caroline Iara. Tivemos a invasão do gabinete da vereadora Erika Hilton, e também uma ameaça com arma de fogo na frente da co-vereadora do Quilombo Periférico, Samara Sosthenes.

**[Interlocutora 2]** - Elas seguem especificamente para algumas pessoas, alguns corpos.

**[Interlocutor 3]** - Só que esse debate político sobre violência de gênero e raça tá sendo feito desde 2018, com o assassinato da vereadora Marielle Franco. Então, de lá pra cá, o que tá sendo feito para a redução desse problema?

**[Interlocutora 2]** - É isso que a gente vai falar aqui hoje, nesse retorno do Data Lábia. Vamos conversar sobre os avanços no debate sobre violência política.

Vinheta

[02'36"] **[Interlocutora 2]** – Eu sou Gabriele Roza, repórter do Data Labe, e já conhecida dos ouvintes do Data Lábia.

**[Interlocutor 3]** - Eu sou o Polinho, coordenador de dados do Data Labe. Pra esse episódio especial de abertura de temporada a gente convidou duas super parceiras pra trocar uma ideia sobre violência política no Brasil.

**[Interlocutora 2]** – A Roberta Eugênia, pesquisadora do Instituto Alziras, e a Ana Carolina Lourenço, que é figura certa no nosso podcast, porque sim, a Carol faz tudo. Carol é coordenadora política do movimento Mulheres Negras Decidem.

**[Interlocutor 3]** - Sejam bem-vindas! Obrigado, de verdade, por estarem aqui com a gente. Roberta, conta um pouco da sua trajetória, do que você faz e onde o seu trabalho encontrou o tema da violência política? [03'12"]

**[Interlocutora 5]** - Olá, bom dia, boa tarde e boa noite pra quem está nos escutando. Eu me chamo Roberta Eugênia, eu quero primeiro agradecer ao Data Labe pela iniciativa e pelo convite, e também pela oportunidade de estar conversando, né, nesse podcast, junto com a Ana Carolina, uma companheira que inclusive acho que faz parte desse processo de reflexão que eu venho desenvolvendo há alguns anos, sobre violência política. A Carol foi uma das primeiras pessoas, talvez, com quem eu tenha falado e pensado em elaborar algo sobre isso. Então é muito significativo, é simbólico poder falar sobre isso, nesse momento, com ela. Então, o debate sobre a violência política, né, acho que como o Polinho bem situou, começa a ganhar corpo no Brasil a partir de 2018, e foi exatamente nesse momento que eu comecei a refletir sobre esse tema tendo por impulso, infelizmente, o assassinato da Marielle Franco, que foi, enfim, era uma amiga e foi minha chefe, né, eu trabalhei dentro do mandato da Marielle. [04'37"] A partir, né, do tal assassinato da Marielle, muitas reflexões sobre esse lugar da mulher na política começaram a ser feitas, algumas que estavam acho que na eminência de eclodir, e uma delas era sobre a violência política. Isso se tornou, acho, que alvo de questões que me acompanham, então, desde esse momento sobre porquê o debate sobre as violências contra as mulheres não chegavam até a política, né. Que obstáculos que estavam postos dentro desse ambiente institucional que blindava que esse ambiente fosse questionado por práticas excludentes que permeavam tanto o fazer político das mulheres quando elas já estavam dentro da política, quanto poderiam chegar ao ápice, né, como no caso da Mari, de cessar com as suas vidas, né, com esse exercício político, comunicando esse não lugar na política pras mulheres, pras

mulheres negras, pros grupos que são historicamente minorizados nessa sociedade. Então acho que foi aí que eu encontrei esse debate, mas, obviamente, pra minha surpresa, ele é um debate que data, né, pelo menos desde o início de 2010 na América Latina, com uma legislação exemplar já na Bolívia, com algumas declarações internacionais sobre o tema, né, dentro da própria convenção de Belém do Pará, que tem mecanismo de seguimento sobre, especificamente, o assédio e a violência política contra as mulheres. E o Brasil estava então, não apenas a reboque, né, desse debate, não estava se comprometendo com ele, embora seja, né, co signatária da convenção de Belém do Pará. Bem, acho que a partir daí muita coisa aconteceu, eu comecei a dialogar com a Carol através da escola de incidência sobre esse tema. Fizemos alguns laboratórios pensando em como trazer isso pra agenda pública e, junto ao Instituto Alziras, conseguimos dar curso e uma pesquisa que trouxe resultados que até então eram inéditos no Brasil, que até então não tinham sido abordados no Brasil, e que colaboram com todo o conjunto de reflexões que acho que a sociedade civil seguiu, né, conduzindo através de outras organizações, tanto como o Instituto Marielle Franco, como o Mulheres Negras Decidem. E acho que pra fechar essa apresentação com algo que eu acho que é inovador, que é a reflexão sobre como essa violência política contra as mulheres, ela é uma violência política que se agrava a partir dos lugares diversos dessas mulheres na sociedade, fazendo com que mulheres negras, mulheres trans, mulheres indígenas, passem por violências políticas específicas, e acho que a gente vem desenvolvendo, então, reflexões que colaboram pra produção de uma legislação que também não seja omissa pra esses casos. É isso.

[08'18"] **[Interlocutora 2]** – Maravilha, obrigada, Roberta! Carol, sua vez agora, fala um pouco dos seus trabalhos e como o debate da violência política aparece neles.

[08'27"] **[Interlocutora 6]** – Primeiro também muito obrigada pelo convite, é sempre uma honra participar desse espaço do Data Labe. E também fiquei muito feliz quando soube que a outra convidada era a Roberta. A Roberta deu algumas pistas, né, um pouco, como parte das nossas trajetórias se cruzaram, assim, num momento tão emblemático desse debate. Então, pra contar um pouco, né, o que a Roberta já colocou, a minha aproximação com o debate da

violência política, ela aconteceu na verdade pela minha aproximação entre 2015 e 2017 com o tema de participação política na América Latina. Então eu trabalhei, né, por quase 4 anos, 3 anos e meio, numa fundação regional, que tinha como mandato, né, um pouco o papel nesse ecossistema, impulsionar um novo debate sobre participação política. E que tinha como uma marca ter mobilizado em diversos países da América Latina, incluindo Bolívia, México, Brasil e mais outros, um debate um pouco que aproximava o tema dessas novas formas de participar politicamente. Uma disputa por representatividade e esses novos corpos, novas trajetórias, novas formas de socioativismo. Então eu nesse primeiro momento, eu comecei a perceber, primeiro exatamente isso, que alguns países da América Latina tiveram, né, nesse debate sobre o impulsionamento da participação política, da paridade, usando aqui o exemplo clássico pra esse debate da Bolívia, um aumento tanto do ponto de vista do diagnóstico mesmo, ou seja, um aumento de casos de violência política, mas também um aumento do debate sobre violência política na opinião pública. Então isso tava mais ou menos mapeado em 2017, e, por outro lado, além, né, dessas experiências de mais trabalho, concretas e de análise, eu tava muito envolvida nesses debates sobre, em torno das eleições de 2016 no Brasil, né, que foi quando surgiu o Me Representa, as eleições de Marielle Franco, Talíria Petrone, Aurea Carolina. Então tinha ali uma percepção de que o Brasil estava vencendo parte, né, desse processo que outros lugares da América Latina estavam colocando. Que colocava um novo perfil de parlamentares, né, muitas vezes mulheres, negras, ativistas de direitos humanos. Que uma nova onda de mobilização de discursos, de extrema direita, crime de ódio, estava sendo utilizada na arena pública, né, no entorno sobretudo do debate eleitoral, e que isso apontava pra violência política. Então, um pouco antes do assassinato da Mari, isso já tava um pouco no bojo dos debates do Mulheres Negras Decidem, né, em fevereiro, ainda de 2018, muito por essas apostas que a gente chama, né, de você olhar outro contexto, conhecer o contexto aqui e pensar o que pode acontecer. Então eu acho que o primeiro semestre de 2018, sem sombra de dúvidas, com o caso extremo, né, do assassinato da Mari, isso coloca o debate num outro nível na opinião pública, mas já existia uma série, não só no meu caso, mas outras organizações ativistas que já estavam começando a fazer essas inflexões, né, por conta das suas trajetórias no debate de proteção de direitos humanos. Então basicamente o que aconteceu, né, pra eu me aproximar desse tema, foi um pouco uma experiência que impulsionar a participação política,

quando você fala de outros grupos da sociedade. No geral, a resposta a esse primeiro momento tende a ampliar a violência política, e um lugar também um pouco histórico mesmo, que certos contextos produzem. Então essas primeiras interlocuções com a Roberta que ela disse, né, que impactaram muito, me impactaram muito. Porque né, foi exatamente quando você sair de premissa e vai pra processos mais acompanhados, sistematizados de acompanhamento. E aí, depois disso, muita coisa vai aparecer ainda aqui, outras iniciativas mais formais que a gente fez parte. Mas é assim que eu entrei nesse tema.

[12'36"] **[Interlocutora 2]** – Maravilha! E eu acho que se teve algum avanço no debate sobre violência política nos últimos anos, é a quantidade de pesquisas que foram feitas, né, pra gente entender melhor essa realidade. A Carol e a Roberta, elas participaram dessas iniciativas, como elas falaram um pouquinho aqui. E eu queria que a Carol começasse dessa vez, falando um pouquinho do Me Representa e do Treta Aqui. Aí depois a gente conversa melhor.

[13'00"] **[Interlocutora 6]** – O Me Representa é uma coalizão de grupos e organizações, né, que surgiu em 2016. Ou seja, exatamente nessa eleição que a gente pode dizer que não foi a primeira eleição a trazer o tema de representatividade de corpos, mas sem sombra de dúvidas que foi a eleição que sistematizou isso como linha de ação, né, que ganharam espaço na opinião pública. Então o Me Representa inicialmente surgiu numa coalizão de movimentos feministas que faziam debate sobre participação política, direito à cidade, debate racial, direitos LGBTQs, e que basicamente fazia, né, uma plataforma de match eleitoral, que a gente poderia chamar, né. Como aproximar um eleitorado pró direitos humanos de candidaturas pró direitos humanos. Esses processos foram sofisticando, então nas eleições de 2018 eu participei muito ativamente da construção da plataforma, então foi a primeira vez que a gente conseguiu também, né, colocar uma ideia também de ranqueamento de corpos, que a gente chama, né, como pra além de qualificar as pautas a gente poderia pensar mecanismos pra qualificar mulheres negras, mulheres feministas, mulheres lgbts. Então isso acontece em 2018. E paralelo a isso, a gente percebeu que o conjunto de candidaturas que a gente mobilizava coincidiam com o conjunto de candidaturas que eram atravessadas por aspectos muito graves de violência política. Então no bojo do Me Representa, eu lembro, foi em São Paulo, num encontro com a Procuradoria Eleitoral em São

Paulo, na verdade, a gente percebeu que existia um espaço pra também aproximar as organizações que faziam debate sobre violência online, né, ou crime de ódio na internet, a esse debate específico das eleições de 2018. Mais uma vez tinha uma aposta também, que era uma aposta que ainda não estava comprovada mas que se provou verdadeira, de que parte dessa dimensão do bolsonarismo, do avanço da extrema direita, carregava, né, uma maneira muito específica de utilizar a violência política. Então que pra além dessa violência política eleitoral, né, que é um ponto específico, né, que a gente trata aqui, existia ali um elemento de marketing político, de estratégia de campanha, na qual as candidaturas que nós mobilizávamos, né, que são negras, mulheres, lgbs, periféricas, de partidos prioritariamente de esquerda, estavam exatamente na mira do ponto de vista estratégico, né, pra esses grupos atrelados a extrema direita. E aí a partir do Me Representa, Coding Rights, num primeiro momento Internet Labe, Mulheres Negras Decidem, Vote LGBT, um conjunto de organizações, em 2018, lançou esse Treta Aqui, que era uma tentativa de fazer com que parte, né, na verdade da audiência, né, da internet, também tivesse uma ação mais ativa no monitoramento desses discursos, tanto de ódio quanto outros aspectos, né, da violência política que aconteciam na esfera online. Esse primeiro relatório, ele foi muito interessante, ele conseguiu apontar várias linhas que hoje fazem parte do debate sobre violência política, e uma delas é que parte do bolsonarismo se alimentou, né, de uma violência específica orientada para corpos sobretudo de mulheres, sobretudo mulheres negras. Então em 2020 a gente ampliou um pouco essa parceria, o (inaudível) faz parte também, o Data Labe fez parte do apoio, né, de análise desses dados, mas eu acho que a gente vai falar um pouco mais disso.

[16'45"] **[Interlocutor 3]** - Isso mesmo. E uma coisa aqui pros nossos ouvintes, né, se não entenderam ainda, deixar bem claro. O Data Labe colaborou com as análises de dados do Treta Aqui. E esse ano, agora, 2020 nas eleições municipais, a gente conseguiu mapear umas paradas muito maneiras, assim, boladas. Algumas coisas que o pessoal denunciou bastante, né. A gente teve muito mais candidaturas sendo atacadas do que candidaturas fazendo um ataque. Deu pra entender, né? De todas as denúncias que a gente recebeu, 85% delas foram assim, de candidaturas que estavam sofrendo ataque. Outra coisa que aconteceu também, o Facebook foi a rede campeã de onde todos esses ataques aconteceram. E além disso, as categorias mais frequentes de ataque

foram racismo e contra uma ideologia, um grupo político. Além de alguns outros dados que a gente vai comentar mais aqui hoje.

[17'44"] **[Interlocutora 2]** – Agora, Roberta, fala um pouco mais sobre a pesquisa do Instituto Alzira sobre a violência política de gênero, quais foram os principais dados dessa pesquisa?

[17'53"] **[Interlocutora 5]** – Então, no ano de 2018, na verdade o Instituto desenvolveu a sua primeira pesquisa que era uma pesquisa que não tinha objetivo de tratar só sobre a violência política e sim de entender quem eram as prefeitas brasileiras, né, já que nas últimas eleições municipais em 2016, nós tínhamos tido uma pequena queda, né, no número de mulheres eleitas para as prefeituras, né. Um número que já era pequeno ficou ainda menor. No Brasil, atualmente, né, até 2020, nós tínhamos só 12% de prefeitas em todo o país. Então essa pesquisa, ela tinha como objetivo mapear quem eram essas prefeitas, quais eram as suas trajetórias, e quais eram os seus principais desafios. Nos questionários que foram aplicados, então, nós incluímos naquele momento, dado todo o contexto que a Carol, inclusive, muito bem situou, uma pergunta sobre, que incluía dentre as barreiras, a violência política, querendo entender, ranquear, de certa forma, quais eram as principais barreiras que essas próprias prefeitas brasileiras identificavam. E pra nossa surpresa, né, a violência política que ainda era um tema, né, que vinha ganhando corpo dentro do debate público, surgiu como a segunda principal barreira identificada por essas próprias prefeitas, de acesso e permanência na política, né. Sendo a primeira, financiamento de campanhas, né, recursos pras suas campanhas, e a terceira, falta de espaço de modo equânime em relação aos homens nos meios de comunicação, mídia e televisão durante as campanhas eleitorais. Ocorre que hoje, né, tanto com o avançado debate não apenas no Brasil mas também na América Latina, é possível que na verdade a gente reconheça que essas três principais barreiras, todas constituem ações dentro do grande campo da violência política de gênero, né. Nós estamos falando de violências institucionais que são cometidas pelos partidos, omissões que eventualmente, né, esbarram, dentro da própria justiça eleitoral, né, dos mecanismos de acompanhamento e supervisão e também, né, de enfrentamento a esse problema. E quando as prefeitas falam, né, sobre assédio e violência política de modo puro, a gente entende que elas estão falando sobre aqueles ataques, né, que são ataques de

viés verbal ou psicológico ou relacionado ao tratamento. Logo, acho que avançando, assim, nós demos continuidade a essa pesquisa no ano de 2019, pra tentar olhar com uma lupa, como se materializava essa violência e também trazendo a hipótese, né, sobre como essa violência poderia ser observada diante não apenas das prefeitas como um corpo homogêneo mas também das prefeitas negras. E foi possível identificar, né, que na verdade é uma grande convergência com as demais pesquisas desenvolvidas por outras organizações como o Treta Aqui, como o próprio Mulheres Negras Decidem, relacionado ao fato de que o grande espaço, né, que vem ganhando corpo pra disseminação dessa violência, são as redes sociais, é a internet, mas ainda assim as mulheres negras, as prefeitas negras brasileiras que representam, representavam até 2020, na verdade seguem com esse mesmo percentual de apenas 3%, sofriam mais ataques nas redes sociais do que as prefeitas autodeclaradas brancas. Perguntadas na pesquisa de 2020, né, se essa violência, se elas entendiam que essa violência se dava em função especificamente do fato de serem mulheres, todas, mais de 50% delas, 53% tanto das prefeitas brancas quanto negras, consideraram que sim e mais de 60% delas indicaram que entendiam que essa violência vinha aumentando. E é o que a gente, quando vai olhar para as eleições de 2020, quase não precisa de pesquisas quânticas pra identificar. Sobretudo quando nós falamos sobre as mulheres negras parlamentares, né. Infelizmente, em relação à presença das mulheres no Executivo, mesmo no Executivo municipal, a gente ainda segue com um grande déficit, né, a subrepresentação é muito aguda e é mais difícil, né, produzir os dados sobre esse tipo de violência. Nós estamos falando também, no Executivo, de desafios próprios, né, de você não ter pares ali pra chegar e conseguir produzir mecanismos, né, que sejam mais coletivizados em relação a esse enfrentamento. Mas quando nós vamos olhar pras vereadoras, e inclusive, e inclusive pras recém eleitas, né, o ano de 2020 ele é um grande... ele é uma grande fotografia sobre as práticas de violência política de gênero em relação ao Brasil. Hoje, acho que o Instituto Alziras entende, então, a centralidade de que esse debate seja feito não apenas, né, sobre mulheres de modo genérico, homogeneizando os corpos, mas sim tentando entender como essa violência se expressa de forma prática, tanto na negação de recursos, né, na distribuição de recursos pelos partidos de modo desigual, não apenas entre homens e mulheres mas entre mulheres, mulheres brancas, mulheres negras, mulheres indígenas, mulheres trans, o que significa essa reflexão sobre candidatos que se

podem puxar votos, né, como se constrói isso, o que significa isso dentro do nosso sistema. E acredito que mobilizações mais concretas, né, produzidas por organizações, né, da sociedade civil e por parlamentares aqui em destaque, acho que como a deputada Benedita da Silva, colaboraram, né, pra que esse cenário comece a mudar. Mas nós ainda encontramos grandes desigualdades dentro desse campo e o tema da violência política é um tema que na verdade traz pra gente ferramentas pra que a gente leia sobre as desigualdades produzidas dentro de todo o sistema político, né. Não é um tema pra falar sobre ações específicas que mulheres sofrem, e sim sobre mecanismos que estruturam e organizam esse sistema político pra que os corpos dessas mulheres não estejam presentes ali. Acho que é um pouco sobre isso, mas também quero ouvir a Carol.

[26'00"] **[Interlocutora 6]** – É muito interessante a pesquisa do Instituto Alziras e a maneira como a Roberta coloca, porque se por um lado foi muito positivo, né, toda essa mobilização em torno do tema da violência política contra mulheres, né, que se intensificou sem sombra de dúvidas a partir de 2018, um feito as vezes dessa mobilização é uma tentativa de colocar o tema da violência política contra mulheres, como um tema específico. Ou seja, vamos refletir então quais mecanismos, processos, qual é o diagnóstico em torno disso, e vamos tentar resolver esse problema. Sendo que a verdade é que não dá para fazer um debate contundente sobre violência política, e a Roberta foi muito feliz na maneira como ela apresentou, retirando a violência política primeiro como um subproduto de um processo intenso de subrepresentação política. Ou seja, o fato de as mulheres serem um grupo minoritário nos espaços da deliberação política, explica parte do quão aguda é a violência política. Então tem esse primeiro ponto, que é muito difícil e pouco profícuo fazer um debate sobre violência política que não tenha no horizonte aspectos efetivos de correção do debate sobre subrepresentação. Mas pra além disso, e aí é a parte mais complexa, é que se a violência política de gênero, né, ela é um subproduto, ou seja, desse casamento complexo e ineficaz, né, da nossa democracia liberal representativa, com aspectos, né, da sociedade de mercado, com aspectos do sexismo, de uma sociedade racista, sim, a violência política também, ela é a causa dessa subrepresentação. Ou seja, por isso que o debate sobre violência política, ele primeiro, ele não pode ser resolvido no ponto de vista de marcos legais, apesar dos marcos legais, eles serem fundamentais, e também ele não

deveria, e agora eu vou, né, inventei essa regra, mas ele não deveria ser discutido de uma maneira tão apartada desses outros mecanismos. Ou seja, quando o Barroso, né, fala de violência política, ele deve falar, nem sempre fala, mas ele deveria falar nesse horizonte dos mecanismos mais estruturais que estão sendo estabelecidos sobre financiamento de campanha, sobre uma reflexão sobre quais são as outras barreiras, ao participarem, ao agir político de mulheres que vão desde... né, coisas muito pequenas do que pode ser considerada por exemplo, conta de campanha, pra uma candidatura de mulher e o que não pode. Ou seja, então gastos de creche podem ser considerados custos de campanha? Podem ser lançadas como custos de campanha quando falamos de candidaturas de mulheres? E aí isso é importante porque primeiro, um olhar casado, né, que entenda a violência política dentro desse debate mais amplo de como a gente transforma as nossas democracias em mais representativas, e a nossa deliberação política mais eficaz, vai ter uma chance, primeiro, de melhorar os aspectos mais formais e estratégicos da nossa democracia e em segundo, de fato, vai criar sim um exercício político, um fazer político menos violento. Então eu... um ponto que é pra marcar bastante na fala tanto da Roberta e dos estudos que estão sendo feitos pelo Instituto Alziras, mas que também por exemplo, essa nova aproximação do Instituto Marielle Franco, Justiça Global, e outras organizações que vêm do campo dos Direitos Humanos, por exemplo, que estão agora fazendo um debate mais específico sobre violência política institucional, são fundamentais, porque a chance de a gente encontrar soluções que deem conta, né, de formas mais globais desse problema, que no final tem a ver com uma grande distância, né, da nossa imaginação política em torno de democracia e encontrar, né, a complexidade, a diversidade da nossa sociedade, é a chave, assim, sem dúvidas. Então, por mais que seja importante livros específicos, congressos específicos, projetos específicos sobre violência política, é sempre importante que isso esteja nesse horizonte maior de um debate mais amplo sobre paridade, quando a gente fala especificamente de mulheres e também de pensar aspectos mais teóricos mesmo dos fundamentos da democracia representativa liberal. É isso.

[30'24"] **[Interlocutor 3]** - Caraca! É muito bolado assim, vocês falando, aí da vontade de dizer tá bom então, acabamos e é isso (risos). Como eu sou dos dados, né, eu vou jogar aqui só mais um tempero pra engrossar esse caldo. Teve um boletim do Observatório da Violência Política Eleitoral no Brasil, e tem um

dado que é só pra gente deixar de forma explícita o que vocês acabaram de dizer. Eles viram que, por exemplo, em janeiro e março de 2020, de todo mundo que sofreu violência política, 3,4% eram mulheres. Quando foi pra abril e junho, esse número subiu pra 7%. Quando chega em julho e setembro, isso chega a 9.8%. Então, tipo, esse dado mostra que conforme o tempo vai passando, são as mulheres que estão sendo cada vez mais atacadas, né, Gabi.

[31'24"] **[Interlocutora 2]** - Eu vou até fazer uma pergunta extra aqui. A Roberta falou um pouco sobre isso, acho que foi na pergunta anterior, que você disse que os dados, eles mostram que realmente a violência política de gênero está aumentando. E, assim, por quê, sabe? Tem uma justificativa? É o momento político que a gente tá vivendo? O que que é? O que vocês consideram nesse sentido?

[31'47"] **[Interlocutora 5]** - Eu gosto muito dessa pergunta, né. Essa é a pergunta de um milhão de dólares, né. Porquê e o que fazemos são as grandes perguntas, né, desses temas. Algo que é muito simples, mas ao mesmo tempo central nesse debate, eu tenho total acordo com a Carol em todas essas reflexões. Mas é que na verdade a violência política, ela é nossa velha conhecida, né. Então na verdade nós estamos falando, nós estamos dando nome hoje, para uma série de mecanismos, uma série de técnicas, que estavam antes difusas na sociedade, pra manutenção do poder dos grupos que historicamente, e aí eu vou utilizar até um termo aqui do... que historicamente colonizam esse país, colonizam o poder nesse país, né. É disso que se trata. Então, o porquê a violência política aumenta, né, quando nós temos a maior presença dos grupos historicamente, né, minorizados, como conforme o Polinho trouxe, é um mecanismo de resistência. É uma técnica de resistência, assim. O que está acontecendo agora, que é novo, não é resistência através da violência política, e sim um nome que nós estamos dando pra esse conjunto de ações. Isso até então, realmente, isso é inédito. Isso é o novo. Quando eu falo sobre violência política, eu sempre penso que na verdade nós estamos falando de como, exatamente do que a Carol falou, de como se organiza o poder. E a gente pode olhar pra história da participação política de mulheres, e eu gosto sempre de olhar pra essa história da participação política de mulheres no Brasil, observando aquelas que não são faladas dentro dessa participação política e tiveram um papel central, que são as mulheres negras, desde a federação

brasileira pelo voto feminino e a gente só fala da Bertha Lutz, né, apesar de termos figuras tão proeminentes e importantes como a Almerinda Farias Gama e dentro outras, é que todas essas tentativas de apagamento, e formas de impedir que o tempo das mulheres e o tempo das mulheres negras pudessem ser compartilhado com o espaço público, são formas de afastar essas pessoas do poder, né, esses grupos de poder. Pra concluir e quero ouvir um pouco a Carol sobre isso, eu gosto bastante da imagem, né, do tripé, que a professora Flávia Biroli fala, sobre as condições básicas pra que você acesse a política, que seria ter tempo, recursos pra campanha e uma rede de contatos. Eu gosto bastante dessa imagem, porque quando a gente fala sobre ela e sobretudo pra quem já tem uma familiaridade com a luta das mulheres, né, com o debate que as mulheres fazem sobre a participação dentro do espaço público, e aí seja em mercado de trabalho, seja em outros espaços, esse tripé igualmente se comunica. Ou seja, esses mecanismos da violência política, que em última instância vão se dar através da agressão física, da tentativa, né, da agressão sexual, do assédio verbal, das agressões verbais, ele vai construindo barreiras que são invisibilizadas. E a Bolívia, mais uma vez, pra fechar, é um exemplo de como embora o debate sobre a participação política precise do debate da violência política pra que a gente crie condições do livre exercício político para as mulheres, a paridade não vai resolver o problema da violência política. Então, os países da América Latina que são exemplo pra nós sobre paridade, também embora tenham legislações que são muito fortes sobre esse tema, não deixam de ser palco de grandes casos de violência política contra a mulher, porque a violência política é parte dessa técnica de manutenção do poder dos grupos que não querem ser retirados dali e que não aceitam que o debate da democracia seja pautado agora a partir da presença e das reflexões e da agenda de mulheres pro conjunto da sociedade. Logo, às vezes se resume o debate da participação política a, como a Carol falou, sobre esses mecanismos que a gente pode utilizar pra garantir a presença de mulheres. Mas ao passo que nós ampliemos essa presença, é importante que a gente esteja muito atento, que não teremos solucionado ainda o problema da violência política. Isso precisa, na verdade, de uma mudança de cultura na sociedade, sobre a presença das mulheres em todos os espaços, não apenas nos espaços de poder e decisão, lembrando que a elas é legado o espaço doméstico e legado o espaço público.

[37'31"] **[Interlocutora 6]** - Uau! Eu adorei essa pergunta, acho que eu adorei a resposta da Beta. Eu adorei que a resposta dela vai me permitir ir pra um lugar que eu gosto também muito, que tem a ver não só com o debate de violência política de gênero, mas todos esses outros temas relacionados tanto à violências contra as mulheres, esse diagnóstico, né, da situação da mulher no Brasil, ou mais especificamente fala de populações negras também, que tem a ver com uma pergunta um pouco básica, de se as coisas estão piorando ou se a gente está com uma capacidade mais aguçada de monitorar e acompanhar certos debates. Essa pergunta, eu falei que eu gosto dela porque é meio um imbróglio filosófico, né, porque sem sombra de dúvidas a entrada de novas atrizes e novos atores na cena pública produzem mudanças nessa cena pública. Então, evidentemente, assim, a gente não precisa de conhecimento de contexto, mas que bom que a gente tem, Roberta trouxe, pra saber que a chegada da paridade na Bolívia, e a gente só fala disso, mas né, porque é muito emblemática, porque pra além de ser um dos primeiros países da América Latina a ter paridade, a paridade era muito qualificada do ponto de vista de diversidade étnica, também. Nós não estávamos falando apenas de mulheres bolivianas, estamos falando também de mulheres indígenas bolivianas, sobretudo muito atreladas ao fazer municipal, por exemplo. Então, a chegada dessas mulheres na política lá, produziu mais casos de violência política. Do ponto de vista lógico parece esperado, tendo em vista que só é possível produzir aspectos muito concretos de violência política quando você tem mulheres candidatas, mulheres eleitas, né, entendendo a violência política aqui no âmbito da política institucional, claramente, e eletiva. É porque violência política pode ser entendida como outras coisas. Então sem sombra de dúvidas, a ampliação da presença de mulheres gera, do ponto de vista empírico, ou seja, quando a gente olha pras realidades que produziram isso, e eu não estou falando só dessas realidades marcadamente de desigualdades complexas, né, como a realidade latino americana. Eu tô falando da Suécia também, eu tô falando da França, eu tô falando da Alemanha. Ou seja, esses países vivenciaram aspectos de agudização da violência política. No entanto, esses mesmo países, para produzir esse fenômeno, tinham criado antes um ecossistema complexo de acompanhamento ao debate de paridade, proteção de direitos humanos, mecanismos legais, institutos como o Instituto Alziras, os movimento como o Mulheres Negras Decidem, espaços como o Me Representa, que estavam hábeis não só para acompanhar, monitorar, como tiveram um papel na arena pública de dizer o

que que é o que. Então, será que nós poderíamos ter os dados que nós temos sobre violência política nas eleições de 2018, se não tivessem existido iniciativas como o Instituto Alzirias, Treta Aqui? A resposta é não. Porque isso também faz parte do problema que tem a ver com o fato de que os entes responsáveis por isso, do ponto de vista do nosso acordo federativo e das nossas divisões de poderes, apesar de fazer parte dos seus mandatos monitorar e diminuir aspectos da violência política, não o fizeram. Apesar de contarem com um orçamento, assim, privilegiado. E assim, eu tô falando especificamente, né, do TSE, eu tô falando especificamente do Ministério Público, eu estou falando especificamente de quem deveria, de muitas maneiras, produzir de maneira mais qualificada, não só o diagnóstico, mas também os principais mecanismos pra resolver. Então, eu diria que há mais casos, porque há mais participação política, e há mais atrizes nessa arena. Mas há também mais casos porque a nossa capacidade de monitorar e analisar está mais sofisticada. E com isso a gente melhora a produção desse diagnóstico.

[41'47"] **[Interlocutora 2]** - Nossa, vocês são muito maravilhosas, as respostas mais do que completas. Não, tinha coisa que eu nunca nem tinha parado pra pensar, então, nossa, muito incrível essa conversa, gente. A Carol já tava indo aí pra próxima pergunta, né, que é um pouco de iniciativas pra proteção dessas parlamentares. Aí eu queria, enfim, entender, né, porque a gente falou aqui de muitos indicadores, então de indicadores a gente já tem, a gente já chegou nesse lugar. E enfim, a gente deveria ter agora projetos e iniciativas que ajudem a diminuir essa violência, né, assim. Acho que a gente tá nesse momento. Vocês conhecem algum projeto ou iniciativa nesse sentido ou algum programa de proteção que é voltado pra parlamentares?

[42'32"] **[Interlocutora 5]** - Programa de... Falar de programa de proteção, no Brasil de 2021, é realmente muito difícil, né. Nós estamos acompanhando um processo de ataque a outros programas defensores de direitos humanos, que estão sem recursos. Nós somos um dos países que mais assassina, né, mata, defensores de direitos humanos e o debate da violência política é um debate sobre essa participação, que é uma participação do exercício da cidadania. E sobre esse ponto de vista, né, na verdade somos muitos e muitas que somos deixados pelo caminho pela institucionalidade a partir da ausência de recursos pra essas campanhas, né. Então, imagina, né, é claro que nós somos esse país

que odeia defensores, né, de direitos para todos, olha só. O que diríamos, né, das mulheres que são, né, e aí obviamente agora eu tô colocando todo mundo no mesmo balaio, mas aqui, só pra registrar, eu entendo que existem mulheres que não corroboram com essa agenda, mas as mulheres que precipuamente são defensoras de direitos da coletividade, ou que têm reflexões e tem uma trajetória política que passa muito por isso, né, inclusive por essa essencialização, né, ou por essa.... não é essencialização, pela socialização que a gente enfrenta e acho que é um problema sim, mas que é um dado de gênero. Naturalmente nós não temos, né, programas de proteção às mulheres que sofrem violência política. Contudo, né, o que que tá acontecendo, já no Brasil, sobre isso? Existem projetos de Lei, em inúmeros estados, né, que tentam tanto trazer, né, acho que a sensibilização sobre esse tema, que tratam de campanhas de enfrentamento a violência política, também temos as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais, movimentos como Mulheres Negras Decidem, que já vêm pautando esse debate desde 2018, e que vêm registrando sobre essa problemática e a necessidade de endereçar isso na agenda pública, pra que a gente consiga primeiro reconhecer que existe problema, né, como eu disse é novo que a gente reconheça isso como um problema de todos nós, né, não como um problema casuístico específico de uma parlamentar ou de uma corrente ideológica, né, embora dados produzidos pelas organizações indiquem que em geral os partidos de esquerda, né, sofrem, as parlamentares desses partidos sofrem mais violência. Nós vimos nas eleições de 2018 também, de 2020, desculpa, mas também é possível falar sobre 2018, que quando se trata dos ataques de violência política, isso de violência política de gênero, isso independe do partido ou corrente ideológica, inclusive porque muitas vezes é cometido pelos seus pares. Mas pra voltar, né, não perder o fio da meada, sobre o que a gente já tem, então, existem projetos de Lei, inclusive tramitando no Congresso, agora, né, aguardando parecer no Senado, sobre a produção de mecanismos próprios de enfrentamento à violência política, de alteração também do código eleitoral, pra tratar sobre isso. Mas eu quero só fazer um registro, né. Embora eu acho que toda essa legislação é muito importante, a exemplo da própria Lei Maria da Penha, né, nós estamos falando sobre práticas culturais enraizadas. Ou seja, não adianta só a produção da legislação. É importante que os outros órgãos, os outros organismos do sistema político também se empenhem em averiguar, em acompanhar. E aí, de modo mais concreto, que que a gente já tem que poderia ser feito, sei lá, esse ano? Ano que

vem? Eu acho que, sem dúvida, os partidos deveriam se co-responsabilizar pelo enfrentamento a violência política por meio da destinação de parte dos recursos do fundo partidário, que eles recebem para trabalhar em ações de promoção da participação política de mulheres, e enfrentar isso tanto no interior das suas organizações quanto durante o próprio período eleitoral. Isso poderia ser feito hoje. Isso vai de vontade política, né, decisões de como esse recurso, que já existe, que pode ser aplicado, vai ser utilizado dentro do próprio partido. Lembrando que, é isso, né, esse problema não é um problema só do sistema eleitoral, é um problema de todas as organizações, e que os partidos são um espaço que também reproduzem práticas de violência política, inclusive, né, na relação de terem poucas dirigentes mulheres, e que condições que você produz pra que mulheres possam dirigir e também decidir sobre o direcionamento de recursos. Acho que é um pouco sobre isso.

[48'03"] **[Interlocutora 6]** - Muito obrigada, eu tô adorando, sem o que falar depois da Roberta, né, porque ela fecha boa parte da questão e me permite, né, elucubrar sobre outras coisas. Mas sim, eu acho que corroboro muito com o que a Roberta disse. Então, existem sim iniciativas do ponto de vista mais de marcos, né, que estão sendo, estão em disputa, né, atualmente, então, a atitude de marcação, tem uma PL que foi recentemente apresentada, logo depois dos casos mais graves em torno por exemplo da Taliria Petrone, né, uma PL de coautoria da Áurea Carolina e da Taliria Petrone, e que fala de uma noção ampla de violência política, contemplando também aspectos de assédio político e previsões de mecanismos, né. É interessante nesse ponto. Existe uma série de outras conversas em outros âmbitos, né, tentar entender isso em marcos mais do Executivo, em como o Executivo pode, sobretudo, pensar nesse acompanhamento depois de eleitas, né, quando isso sai fora do âmbito da violência eleitoral. Então, existe uma mobilização. Mas aí, do ponto de vista que a gente poderia dizer enquanto pensando no ciclo de políticas públicas, ou seja, esses temas, eles estão inseridos na agenda pública, mas eles ainda estão num ponto baixo de sensibilização de vontade política, assim. Pra falar a verdade e dizer qual dessas PLs, por exemplo, tem chance de se tornarem Leis, seriam bem diminutas, né. Então tem aí um espaço ainda grande de sensibilização do parlamento, de trazer realmente mais atores e atrizes pra esse debate, pra que isso de fato seja um processo capaz de mobilizar setores mais amplos da sociedade. Então tem esse ponto. O outro ponto, que é o ponto fundamental

que era o que eu iria colocar e que bom que a Roberta já assinalou, né, que é: pra além dos marcos legais, nós temos uma série de protocolos e práticas que devem ser estabelecidas, tanto do interior dos movimentos que trabalham com debate político, e aí eu tô pensando na violência política como um espaço amplo, ou seja, desde os movimentos políticos por exemplo, que impulsionam candidaturas e que fazem parte desse ecossistema, dessa nova forma de participar politicamente, ou seja, é preciso um compromisso grande desses grupos com esse debate. Então, posso citar algumas coisas, mas eu sempre fico um pouco chocada quando movimentos e grupos que tenham foco em renovação política e inovação política, por exemplo, tem como linha de incidência a diminuição irrestrita, né, uma diminuição não qualificada, por exemplo, dos custos de gabinete. E isso tem nome. Então, movimentos como o RenovaBR usam como indicador de sucesso dos seus parlamentares, diminuição de custo de gabinete, quando todo o ecossistema de violência política baseado em gênero diz que parte desses orçamentos talvez devessem ser destinados especificamente pra criar medidas mais estratégicas preventivas que garantam a proteção dessas parlamentares e desse grupo de assessores, né. Então isso me choca, isso é muito emblemático. Ou seja, de que lugar a gente ainda tá, dentro desse ecossistema que diz querer promover práticas de paridade e transformação, mas falando de um movimento, a gente tem que falar sobretudo dos grandes players, né, tipo centrais no debate sobretudo eleitoral, e do agir político, que são os partidos. O debate de assédio político, da violência política, ele precisa ser internalizado nas figuras mais complexas dentro dos partidos. Ou seja, desde espaços de criar grupos de trabalho, protocolos, desde acompanhar os casos, prever quais, fazer matriz de risco de candidaturas... Eu sei que conhecendo o debate político e eleitoral e partidário no Brasil, isso parece ser muito técnico e muito distinto da maneira como às vezes o processo eleitoral é realizado no interior dos partidos, mas é sobre isso que é pensar em minimizar a violência política. É prever risco, há mais risco, há menos risco, há comportamentos preventivos, há comportamentos que devem ser adotados depois da violência, né, realizada. Então os partidos políticos, eles são atores centrais nesse debate. E aí sim que eu conheço menos iniciativas, ou seja... E aí eu fico um pouco mais temerosa sobre a nossa capacidade de produzir eleições em 2022 que de fato absorvam a sofisticação do debate sobre violência política que tá colocado na sociedade civil.

[53'03"] **[Interlocutor 3]** - Eu amo porque vocês responderam a pergunta que eu ia fazer agora em seguida. Eu ia justamente perguntar o que os partidos poderiam fazer pra, né, tanto discutir ou pra sinalizar pra reduzir a violência contra gênero. E tanto a Roberta como a Carol já disseram, colocaram o dedo pra frente e disseram 'tem que ser assim, assim e assado'. Só pra gente falar o quanto isso acontece, um dos mapeamentos que a gente fez contra, aqui, a gente verificou que 84% dos ataques que a gente recebeu eram de partidos de esquerda, no geral. E que o PT e o PSOL foram responsáveis por 71% de todas as denúncias. E aí era justamente o que a gente iria perguntar mas já tá respondido que é: se esses partidos já sabem que vão ser atacados e que todos os dados já sabem que mulheres também vão ser atacadas, então por que que esses partidos logo do começo ali do pleito da campanha já não começam a operacionalizar essas dicas maravilhosas que tanto a Roberta e a Carol deram, entendeu?

[54'09"] **[Interlocutora 2]** - Por que será, né?

[Interlocutora 5] - Nós estamos falando do que significa, né, agora, né? É um grande significa! A gente não está falando novidade, nenhuma novidade. Não é novidade pra ninguém dentro de partido e sobretudo dentro de partidos, né, comprometidos com uma agenda de esquerda. Logo, essa pergunta, né, é aquela alfinetadinha, né do porquê não. E a gente vai olhar, né, eu tenho umas apostas, assim, não sobre o porquê não, mas sobre, né, esse índice de mulheres vítimas de violência política nesses partidos, mas também estamos falando de partidos em que as mulheres não são aquele corpo homogêneo, né. Nós falamos de partidos que notadamente, nas eleições de 2020, elegeram mais mulheres negras, elegeram mulheres negras como as mais bem votadas, diversos municípios de inúmeras capitais, mulheres trans... Então é isso. Agora, sobre essa questão da não proteção, eu vou dialogar aqui com a Carol, vou fazer uma provocação. Me parece uma questão, como a Carol diz, filosófica, sobre como se olham pra esses corpos, né. Eu gosto muito... Há alguns anos, eu não lembro se foi de 2016 ou 2017, enfim, eu li uma revista, é uma Cult, que era com a Sueli Carneiro, Carol talvez me lembre se é de 2017, 2018...

**[Interlocutora 6]** - Eu acho que é de 2018, que é uma com a Bianca, né, Santana, que fez uma entrevista...

**[Interlocutora 5]** - Isso, aquela entrevista super longa. A Sueli Carneiro, ela fala algo que se tornou uma diretriz na minha vida. Ela diz que o desafio das mulheres negras da nossa geração é o desafio do cuidado. De nos permitirmos sermos cuidadas. E em que ponto se encontra com o debate sobre violência política, sobre partidos políticos etc? É sobre quais são os corpos que podem seguir sendo violados e que são considerados como fortes pra aguentar toda e qualquer violência dentro desse sistema. São os corpos das mulheres, das mulheres negras especificamente, das mulheres mais empobrecidas que não são vistas por aquilo que muito se diz sobre a presença das mulheres na política, pela marca da feminilidade, da docilidade e sim pela marca da força, né. Assim, isso não é uma questão simplesmente de colocação de adjetivos, assim. Isso é epistêmico. Isso é sobre como a gente entende essa presença dessas mulheres nessa sociedade. Então pode parecer difícil e é muito difícil, porque essa negação do cuidado, ontologicamente dentro desses espaços. Acredito que devemos seguir pressionando, né, falando pra esses partidos que eles sabem sim o que fazer, mas o nosso papel na sociedade civil é isso, né, ir pressionando e trazendo dados, e trazendo reflexões e também seguir denunciando. Porque enquanto isso não acontecer, os debates que são feitos, né, no sentido de quisermos sim ou não a presença das mulheres na política, são incompletos e na verdade desonestos, se você não cria mecanismos próprios pra que isso se concretize.

[57'52"] **[Interlocutora 6]** - Eu concordo. Exatamente, por isso que eu, no primeiro momento, trouxe esse debate filosófico ontológico. Mas é porque parte da pergunta que não foi como a gente iniciou essa conversa, mas é porque isso, de alguma maneira, é intuitivo, é entender o porquê existe violência política, né. E aí assim, eu não vou responder o porquê existe violência política, mas assim, violência política faz parte de um *modus operandi* clássico da política, ou seja, pra além dos seus desdobramentos mais específicos de gênero, raça, orientação sexual. Então há um componente de violência na maneira como a atuação política é pensada. Então isso tá dado. E aí, entendendo bem, né, o porquê a violência política ela é utilizada especificamente contra certos corpos, e aí tem a ver mais com essa violência política de gênero, com as suas intersecções como a gente colocou e tensiona, né, nessa conversa inteira. Entender isso bem é entender o porquê esse debate não avança. E aí eu volto

no que eu já coloquei e amplio um pouco. É esperado que um país líder em feminicídio, e líder em feminicídio contra mulheres, tenha altos índices de violência política contra mulheres. Assim, não é obrigatório, ou seja, por que não é obrigatório? Porque a gente consegue avançar certos indicadores e certos problemas da sociedade e não avançar outros. Então pode ser, e inclusive eu acredito nisso, que intensificar a participação política de mulheres, chegar à paridade, garantir espaços mais seguros para atuação política de mulheres, tenha um papel central inclusive na diminuição do feminicídio amplo. Ou seja, é possível fazer isso, é possível você escolher um setor da sociedade, pressioná-lo e através dele tentar criar estratégias de mudança e transformação pra outros aspectos. É possível, mas é muito difícil. Ou seja, porque pra além dessas regras mais específicas, que é o que a gente está o tempo todo tentando falar, e cria mecanismos, e comitês internos dos partidos, e parte do financiamento público seja designado para acompanhamento de prevenção e proteção, pra além disso, existe um aspecto forte que é o que a Roberta colocou muito bem, é que nós somos uma sociedade violenta e uma sociedade violenta contra mulheres. Então o nível de aceitabilidade de que esses casos eles assumem, está relacionado com aspectos mais amplos de como tá organizado o agir social da nossa sociedade. Então tá tão conectado que inclusive a matriz de risco, qual é a chance de letalidade ou não, quais são esses corpos que na arena eleitoral são os que recebem mais ataques, tá diretamente vinculada com as outras formas de violência que estruturam a nossa sociedade. Tá relacionada exatamente com o debate sobre defensores de direitos humanos, como a Roberta colocou, mas tá relacionada com os indicadores sobre violência doméstica, sobre feminicídio. Então parece aquela pessoa que começou, né, sendo específica e colocando “ah, podemos fazer isso e aquilo” e termina falando “somente um grande processo de transformação da sociedade que garanta, é capaz de fazer com que a gente viva, né, toda a nossa potencialidade, né, de bem viver, de uma política centrada em vida e não em morte”, mas é exatamente isso, ou seja... No final a melhor resposta pra violência política de gênero, a resposta pra violência política baseada em gênero, contra mulheres, é gerar processos para criar uma sociedade menos sexista, menos racista, menos elitista.

[1°01'57"] **[Interlocutora 2]** - Eu e Polinho estamos rindo aqui porque é muito engraçado, a gente tira a pergunta, vocês foram lá e adiantaram. Aí eu escrevi aqui pra ele ‘não, vou perguntar sobre isso aqui’, aí a Carol acabou de ‘tá, tá!’

(risos). Vocês são muito maravilhosas, mas eu queria muito falar nesse final e você foi exatamente pra esse caminho, sobre responsabilidade da sociedade, né, porque muitas vezes a gente, até com o assassinato da Marielle, eu ouvi muito esse discurso comum de quem 'ah, não vou entrar na política porque isso que vai me acontecer', então não entra. Esse discurso até fácil, assim, né, de falar que você sabe que isso vai acontecer então não entra. Então qual é essa grande responsabilidade da sociedade em relação a isso, e o que as pessoas que estão ouvindo a gente, que não necessariamente estão nessas organizações que a gente tá aqui falando, que não estão nesse lugar parlamentar, do assessor, do gabinete, o que que a gente pode fazer enquanto sociedade, pra enfim, incidir com esse debate?

[1°02'59"] **[Interlocutora 6]** - Eu não sei se eu posso responder agora antes, pra deixar a Beta ter a possibilidade de fechar, né, e não eu ficar sempre como a pessoa que, né, pode não tratar de temas e falar só, assim, o que eu quero porque ela já cobriu muito bem a questão. Eu acho que tem duas coisas nesse ponto. O primeiro é uma conscientização muito ampla de quais são os efeitos da violência política pra vida da maior parte da sociedade brasileira. O fato de que mulheres e mulheres negras e nas suas intersecções não possam exercer plenamente seu direito a deliberação política, coloca em cheque a qualidade da deliberação política. Coloca em cheque a qualidade dos projetos de Lei que são formulados no interior do nosso parlamento. Colocam em cheque quais são os temas e agendas que vão ser aprofundadas, porque esse é um outro tema que a gente não tratou aqui, mas nós deveríamos falar também o que a violência política cria de barreiras para uma atuação mais temática de mulheres. Será que mulheres negras deixam de falar sobre certos temas porque esses temas produzem mais ataques? Será que mulheres não tratam de temas, por exemplo, como de justiça socioambiental contra grandes mineradoras, porque talvez esse tema coloque elas no centro de aspectos mais diretos de ameaça à sua vida? Eu diria que sim. Mas a gente ainda tem muito poucos estudos sobre isso, então eu deixo essa possibilidade. E essa integralização, né, ou seja, de que a violência política é mais do que proteger corpos, mas é sobre proteger a nossa capacidade de produzir respostas amplas pra sociedade, é a grande transformação que a sociedade tem que protagonizar. Ou seja, toda vez que eu, como grupo que produz incidência, uma liderança popular, um órgão que produz pesquisas, quero pensar em incidência política junto a parlamentares,

eu deveria considerar, por exemplo, qual é o nível de risco que esses corpos vão sofrer, o quanto de visibilidade ou de baixa visibilidade eu quero dar às vezes pra essas pessoas, se dentro das minhas atividades e as minhas ações de apropriação eu posso contemplar um olhar de proteção e prevenção, como a Anistia muito bem colocou, mas de cuidado, de uso do tempo, de minimização de aspectos emocionais e psicológicos que marcam essa atuação política. Então eu acho que a melhor maneira da sociedade civil impactar nesse debate, é, primeiro, entender que esse debate, ele é fundamental pro avanço das agendas como um todo, e usar isso de uma maneira mais transversal. Quando eu tô fazendo incidência sobre violência policial e quero incidir nas parlamentares mulheres negras sobre esse tema, eu deveria prever cuidar, garantir um bom recurso dos seus tempos, recursos materiais, emocionais, das pessoas que disponibilizaram seus corpos pra avançar agendas tão radicais. Então no final, a sociedade civil ela precisa ter de fato um olhar que é um discurso muito forte do Mulheres Negras Decidem, né, de como a gente produz espaços seguros e confortáveis para que mulheres negras possam atuar e deliberar politicamente. Mas é de fato um debate sobre participação e incidência que coloque pra além de proteção e prevenção, práticas de cuidado mesmo no centro do seu horizonte.

[1°06'50"] **[Interlocutora 6]** - Ah, gente, a parte ruim pra quem tá ouvindo aqui, é a Carol além de ser uma amiga muito querida, assim, é uma pessoa que vai me provocando, eu sinto vontade de abraçar quando vai falando essas coisas, e não pode, né?! Vamo lá. Eu acredito, e aí isso dialoga muito com o que a Carol falou, que sem entender, né, em outras palavras, né, que o problema, que o tema da violência política contra mulheres, contra mulheres negras, contra defensores de direitos humanos, é um tema público, é um tema dessa sociedade, é um tema que afeta a qualidade, né, do trabalho político que se entrega, é a reflexão sobre o que significa, né, o que produz ou o que deixa de produzir uma sociedade tão desigual em relação tanto à participação política, mas como isso na verdade vai afetando toda a pirâmide, né, que nós na verdade gostaríamos de destruir, né, nós não queremos pessoas no topo, nós queremos que outros mecanismos sejam desenvolvidos pra essa participação. Desse modo, assim, de uma forma muito simples, assim, eu sempre penso que alguns mecanismos num processo eleitoral, podem ser desenvolvidos no sentido de corresponsabilizar as pessoas, os eleitores, não no sentido de punição, mas de

convite mesmo ao debate para que não se reproduza, no sentido de não apoio a candidatos que utilizam do marketing político por meio da violência política pra fazer os seus nomes. Então, se a gente reconhece isso como um problema de todos nós e encontramos figuras públicas que utilizam a violência política pra manutenção do seu poder e silenciamento desses corpos, é importante se posicionar diante disso, né. Então eu acho que isso é uma questão muito concreta, um fato concreto que acho que as pessoas podem chegar e atuar dentro da sociedade. Por fim, esse reconhecimento passa bastante pelo reconhecimento de que essa violência contra a mulher, voltando na pergunta anterior, ela é uma violência estruturada por uma sociedade patriarcal. E nós avançamos nos últimos anos em debates de que a violência doméstica é um problema público, né, todo mundo deveria meter a colher. Que a gente não deve silenciar ou fingir que não está vendo quando uma mulher é vitimada tanto dentro do seu espaço privado quanto na rua, quanto no espaço de trabalho. Por que que na política deveria ser diferente? É importante que a gente entenda que isso se comunica com a vida de todos nós. Então a violência política contra mulheres é um problema de todos nós e nós devemos meter a colher nela, nós devemos nos posicionar diante dela e a gente sabe que os cidadãos, os eleitores, têm força sobre isso. E esse constrangimento, ele gera efeitos, sabe? Ele gera efeitos práticos, de perder... Mas ele também gera um constrangimento de que são práticas não mais reconhecidas como críveis, como naturais. Eles precisam ser desnaturalizados na sociedade. Parte da desnaturalização não passa só pelo reconhecimento da existência de dados. Passa pelo repúdio, por uma nova cultura que é produzida pela sociedade diante dessas ações. Acho que isso é um pouco do que pode ser feito por todas e todos.

Vinheta

[1°10'59"] **[Interlocutora 2]** - Obrigada, Roberta e Carol. De fato a violência política online ou presencial, ela segue crescendo em ritmo acelerado no Brasil, e os grupos que mais sofrem esses ataques são aqueles que sempre foram minorizados e deixados à margem do poder de decisão: pessoas negras, mulheres e LGBTQIA+.

[Interlocutor 3] - Apesar da sociedade estar criando métodos de monitoramento e resistência, é evidente a ausência de órgãos oficiais e do governo no combate a essas tentativas de maior precarização do processo democrático.

**[Interlocutora 2]** - Por isso também cabe à sociedade participar, cobrar, denunciar e acompanhar as parlamentares durante seus mandatos. Precisamos mostrar que elas não estão sozinhas. Muito obrigada por essa conversa, Carol e Roberta, e muito parabéns pelo trabalho de vocês, vocês arrasam.

**[Interlocutor 3]** - Muito obrigado, a gente fica por aqui, mas você pode acompanhar esse debate nas redes sociais do Data Labe, Treta Aqui, Mulheres Negras Decidem, e do Instituto Alziras também. Valeu e até mais. Este episódio faz parte do Tramas Democráticas, um programa de intercâmbio do Goethe-Institut, que busca ampliar o diálogo sobre inovações cívicas e democracia digital da América do Sul. Para conhecer os demais episódios dos podcasts apoiados, você pode visitar o link que está na descrição deste episódio.

Vinheta